**Ministério do Meio Ambiente**

**Conselho Nacional de Recursos Hídricos**

**MINUTA**

**PROPOSTA DE MOÇÃO No \_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DE 2010**

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003 e por seu Regimento Interno, e:

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados e estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos conforme o Art. 35, incisos III e X, Lei 9.433/97;

Considerando que proporcionar o uso múltiplo da águas é um fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando o disposto na proposta de resolução ...aprovada na plenária de 12 de Dzembro de 2012 que altera a resolução 17 de ....

Considerando as recomendações do Workshop “Influências de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico do Pantanal, Brasil” realizado em Cuiabá em julho de 2008 e apresentadas na XXV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 14 de Abril de 2009;

Considerando que o Pantanal Mato-Grossense, reconhecidamente de grande relevância ecológica e socioeconômica, é considerado Patrimônio Nacional (Art. 225, Cap. VI) pela Constituição Federal de 1988;

Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional, ou Convenção de Ramsar (Irã, 1971), ratificada pelo Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 e que a região abriga três áreas designadas como Sítios Ramsar de Importância Internacional: Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal e Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro;

Considerando as recomendações contidas na Ata da Audiência Pública realizada pelo Ministério Público Federal, aos 20 dias do mês de julho de 2010, na sede da Procuradoria da República no Município de Corumbá/MS;

Considerando que a expansão das atividades de geração de hidroeletricidade tem levado a alterações nas vazões dos rios, nos nutrientes e sedimentos em suspensão, bem como no fluxo de organismos, em especial de peixes, que são vitais para a conservação dos processos ecológicos ligados à dinâmica do Pantanal, provocando como conseqüência a perda, em ritmo acelerado, da produção pesqueira e renovação de pastagens naturais;

Considerando que aproximadamente 70% do potencial hidrelétrico da Bacia do Alto Paraguai já está sendo aproveitado, sendo este índice considerado ótimo para qualquer bacia hidrográfica do país;

Considerando que, em conjunto, todos os empreendimentos já instalados tem elevado potencial de impacto no fluxo e dinâmica de água e nutrientes para o Pantanal;

Considerando que a região se encontra sob forte pressão antrópica, apresentando impactos graves relacionados ao uso inadequado dos recursos naturais, em especial nas áreas de cabeceira;

Considerando os Planos Estaduais de Recursos Hídricos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que explicitam a preocupação com a manutenção da sustentabilidade dos ecossistemas e dos usos múltiplos da bacia;

Considerando as atribuições da Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP estabelecidas pela Resolução CNRH nº 08, de 2000 e os desdobramentos das reuniões 74, de 29 e 30 de abril de 2010 e 75, de 26 e 27 de agosto de 2010, da CTAP,

Considerando que a XXX plenária de .....considerou no elenco de prioridades para discussão e encaminhamentos para o ano de 2013 ,a disposição do CNRH para deliberar e priorizar sobre implementação a gestão integrada da Bacia do Rio Paraguai.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar moção a Agência Nacional de Águas (ANA) para que a mesma de inicio ao processo de elaboração e conclusão do Plano de Recursos Hídricos para a bacia hidrográfica do Alto Paraguai (PERH-BAP), num prazo máximo de 45 dias;

Art. 2º Fica instituído Grupo Técnico sob coordenação do CNRH , com caráter multi-institucional e multidisciplinar, com as seguintes atribuições:

I – Acompanhar a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Paraguai;

II – Relatar os resultados dos estudos referidos acima ao CNRH, especialmente suas diretrizes com visas ao estabelecimento de critérios gerais para a análise de projetos e para a emissão de outorga de direitos de usos dos recursos hídricos na bacia do Alto Paraguai.

Art. 3o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

|  |  |
| --- | --- |
| **IZABELLA MONICA VIEIRA TEIXEIRA**  **Presidente** | **PEDRO WILSON GUIMARAES**  **Secretário Executivo** |